

O Espaço Cultural no Parque Municipal Fazenda Lago do Nado, em Belo Horizonte (MG)

Da Participação Popular à Apropriação do Espaço¹

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2020.51.210-229>

Recebido em: 23/5/2019

Aceito em: 5/12/2019

Leandro Benedini Brusadin,² Danielle Barroso Caldeira³

RESUMO

A cidade e seus lugares são o palco da vida cotidiana para o ser humano e seu espaço é produzido e reproduzido constantemente pelas relações sociais. O Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado, localizado em Belo Horizonte/MG, tornou-se um espaço de significados simbólicos que propõe aos seus usuários experiências de lazer e pertencimento frutos de uma iniciativa popular. Sob essa perspectiva, este artigo pretende analisar como a ação de um grupo social permite múltiplas significações no espaço cultural sujeito a constantes mudanças e ressignificações para seu próprio desenvolvimento. A metodologia consiste na pesquisa bibliográfica e documental, além de observação participante *in loco*. Conclui-se que a ação de um grupo social engajado com os acontecimentos em torno do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado afetou diretamente a forma com que este espaço cultural foi produzido e apropriado pela população local.

Palavras-chave: Reprodução do espaço. Apropriação. Lagoa do Nado. Significados sociais.

THE CULTURAL SPACE IN THE MUNICIPAL PARK FAZENDA LAGOA DO NADO, IN BELO HORIZONTE (MG): FROM POPULAR PARTICIPATION TO THE APPROPRIATION OF SPACE

ABSTRACT

The city and its places are the stage of everyday life for the human being and its space is produced and reproduced constantly by social relations. The Fazenda Lagoa do Nado Municipal Park, located in Belo Horizonte / MG, has become a space of symbolic meanings that proposes to its users experiences of leisure and belonging resulting from a popular initiative. From this perspective, this article intends to analyze how the action of a social group allows multiple meanings in the cultural space subject to constant changes and resignification for your own development. The methodology consists of bibliographical and documentary research, besides participant observation *in loco*. It is concluded that the action of a social group engaged with the events around the Fazenda Lagoa do Nado Municipal Park directly affected the way this cultural space was produced and appropriated by the local population.

Keywords: Reproduction of space. Appropriation. Lagoa do Nado. Social meanings.

¹ O presente trabalho é fruto das pesquisas de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

² Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista de Franca (Unesp). Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). leandrobrusa@hotmail.com

³ Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). daniellebarroso.arq@gmail.com

De origem singular no contexto brasileiro, o Parque Municipal Lagoa do Nado tornou-se um espaço de significados simbólicos que propõe aos seus usuários experiências de lazer e pertencimento, fato que pode estabelecer relações sociais e laços afetivos capazes de ressignificar este mesmo espaço. As formas de apropriação do ambiente influem diretamente na sua produção e reprodução e no que ele representa para a coletividade, entre suas formas de desenvolvimento. Sob essa visão, trata-se, no presente artigo, como a participação popular e a afetividade presente no âmbito de um grupo social da Lagoa do Nado determinaram as formas de apropriação deste espaço em vias de sua reprodução.

A cidade e seus diversos lugares são o palco da vida cotidiana para o ser humano urbano. Esse espaço é produzido e reproduzido constantemente pelas relações sociais. A forma como um espaço permite ou inibe as formas de relações define como este espaço será utilizado. Uma praça com muitas árvores e espaço para crianças nos convida a sentar e conversar com um conhecido ou, até mesmo, aproveitar a sombra fresca, enquanto uma grande avenida nos incentivaria a ultrapassá-la o mais rápido possível. Os espaços que permitem ao ser humano estabelecer relações e conexões sociais são aqueles que ocupam um lugar no meio afetivo daquele indivíduo. São espaços dotados de significados, afeições e personalizações que o classificam como um lugar especial. Em um mundo em que os laços sociais se liquidificam, tais espaços passaram a ser pontos essenciais para o desenvolvimento social.

A apropriação do lugar na cidade decorre da relação entre indivíduo, e seus interesses sociais, econômicos e políticos, e os aspectos físicos do espaço. Segundo Souza (2016, p. 118), “é lógico que, na prática, os espaços nos quais pensamos quase sempre ‘são’ lugares, por serem dotados de significado e se conectarem a um ‘sentido de lugar’, a um sense of place: o ‘lar’, a igreja ou a escola que se frequenta ou frequentou, o bairro [...]”. Desse modo, temos a apropriação como resultado da construção afetiva do “sentido de lugar” na relação entre sujeito e espaço. Novas formas de interações e utilização do espaço possibilitam emergir novos planos de relações.

As afetividades existentes no espaço importam não só para a construção das identidades e da memória coletiva, mas também para a sua construção. O estabelecimento da consciência temporal por meio da contraposição entre o passado eleito e o presente nos guia ao longo da vivência humana. Estes espaços nos dizem como devemos nos portar e relacionar, ou mesmo nos contrapor e reivindicar por mudanças.

Cada elemento do espaço tem seu papel na organização do espaço urbano. Por meio do planejamento, esses papéis são organizados no contexto da cidade e vão construindo uma subjetividade que se conecta com uma utilização comum do espaço urbano (NUNES JUNIOR; BATISTA, 2015). Alguns desses elementos, porém, despontam no contexto da cidade fazendo emergir novas possibilidades de reconfiguração, principalmente por intermédio da apropriação do espaço.

Estes espaços com significados especiais são valorizados principalmente por meio da cultura, entretanto os usos da cultura não podem ser caracterizados como uma visão objetiva e reificada do objeto. A cultura é externa aos sujeitos sociais e está totalmente incorporada na vida social. Assim como a vida, o objeto se movimenta e sofre mudanças ao longo do tempo (MENESES, 1996).

Devemos visualizar o bem cultural de forma fluida, sem sacralizá-lo, entendendo como as relações o fizeram e ainda fazem ser o que é. Segundo Meneses (1996), a cultura é o universo da escolha, em que a seleção cria inúmeras possibilidades, que por sua vez produzem mais opções de escolha.

Desse modo, são as escolhas que fazem o objeto ser o que é e ter a importância que tem. Nesse objeto de estudo, o Parque do Nado, parte-se da hipótese de que um grupo de jovens e crianças escolheram ocupar uma propriedade privada para o lazer. Escolheram protegê-la da ação do mercado imobiliário e utilizaram a participação ativa da população como meio de proteção. Escolheram oferecer para a população a opção de experimentar todas as experiências que o parque proporciona. Ao que tudo indica, as escolhas que foram feitas marcaram o espaço e resultaram no Parque Municipal Lagoa do Nado como se apresenta hoje.

A análise do presente objeto pretende demonstrar que sociedade brasileira é capaz de se organizar para ações de apropriação do espaço público e seu consequente desenvolvimento regional no que tange às oportunidades de lazer e cultura. Embora tal proposição seja distinta de outros casos na realidade do país, em que o poder privado e interesses alheios sobrepuseram-se aos interesses sociais na usurpação do espaço urbano, pressupõe-se que a participação coletiva, em interface com suas relações de pertencimento e memória, são elementos fundamentais para a mobilização social.

Nesse sentido, é importante salientar que a Lagoa do Nado não representa só uma área verde em Belo Horizonte, pois não é somente um parque urbano. Este espaço representa cada pessoa que se dispôs a apoiar a causa da sua criação – um dos primeiros centros culturais de Belo Horizonte – cada usuário que usufrui de suas dependências, tal como o presente artigo se propõe a refletir. O Lago do Nado representa, em sentido simbólico, as condições da participação popular e da mobilização, fatores estes complexos no contexto social brasileiro, em que parte da população está à margem das decisões políticas que transformam as cidades.

Diante disso, este artigo esboça que um espaço propício à formação de novas relações sociais entre os seres humanos também pode viabilizar uma participação popular ativa, fato que gera maior consciência de cidadania e de produção de um espaço coletivo. A cidade é tão viva quantos nós, seres humanos, e assim como nós, ela não é estática e não deve ser considerada como tal. Para entender a fluidez do espaço e suas relações no contexto do Parque Municipal Lagoa do Nado, é necessário contextualizar os acontecimentos que permeiam a história do Parque e, posteriormente, analisar como tais ações interferiram na sua apropriação para o lazer urbano e para a reprodução das memórias dos grupos sociais em questão.

PARQUE MUNICIPAL FAZENDA LAGOA DO NADO: Participação Popular e Apropriação do Espaço

No sentido de compreender a apropriação do espaço objeto desta pesquisa é importante sua contextualização histórica, essencialmente no que tange às ações sociais referentes aos sujeitos e entidades envolvidos na sua formação. Ainda que o Parque Municipal Lagoa do Nado tenha sido inaugurado oficialmente em 1994, suas origens remontam à década de 70. Com uma origem de cunho singular se consideramos a realidade de outros espaços no contexto brasileiro, o Lagoa do Nado surge a partir do en-

volvimento de um grupo de jovens com a área verde expressiva e que se encontrava ameaçada pelo mercado imobiliário, após ter sido desapropriada pelo Estado para a construção de um conjunto habitacional.

Américo Renê Gianetti, ex-prefeito da capital mineira e empresário, adquiriu várias fazendas na região rural de Belo Horizonte, próximas à Venda Nova, em 1934. Entre os terrenos adquiridos estava a Fazenda Córrego do Nado, que foi escolhida para ser o espaço de lazer da família. As demais fazendas foram ou doadas para compor a área de inundação para a Lagoa da Pampulha ou foram parceladas, tornando-se bairros como Jardim Atlântico, Santa Amélia, Santa Mônica, Planalto, Itapoã e Santa Branca (GARCIA; GONZAGA, 2009).

Durante o desenvolvimento urbano da região, a área que corresponde ao atual parque permaneceu intocada. A então Fazenda Córrego do Nado era um local de lazer da família, que a utilizava durante os finais de semana, e por isso não foi parcelada junto com as outras propriedades de Gianetti. A população local dos bairros recém-criados, Planalto e Itapoã, passou a conviver diariamente com a presença daquela área verde de grande expressividade, no qual as visitas eram autorizadas de tempos em tempos, mas que na maioria das vezes eram realizadas às escondidas (LIMA, 2000).

O casarão (Figura 1) construído na década de 30 do século 20, é constituído de um sobrado ladeado por alpendre com inspiração italiana. A edificação possui dois andares: no primeiro ficavam as áreas sociais, cozinha e sala, e no segundo andar as áreas privadas, os quartos. Ela ainda é ladeada por um alpendre que fornece uma visão geral da área. Além do sobrado, também compunham a fazenda dos Gianetti duas edificações localizadas na porção mais a noroeste da área, que pertenciam aos trabalhadores e caseiros da fazenda, e um anexo, construído nos fundos do sobrado, que funcionava como garagem e salão para recepção de convidados (GARCIA; GONZAGA, 2009).

Figura 1 – Casa-sede da Fazenda Córrego do Nado, 1986



Fonte: Estevam Musso. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Após a morte de Américo Renê, a família foi deixando de visitar a propriedade e, no início da década de 70 ela acabou ficando em estado de completo abandono, o que fez com que a área ficasse sujeita a incêndios, acúmulo de lixo e se tornasse uma área vulnerável naquela região. O abandono também causou a degradação do casarão da antiga fazenda, tendo suas portas, janelas e até peças sanitárias retiradas (MUNHOZ, 1996).

Aos fins da década de 70, a população começou a ocupar de fato a área, de modo informal, como área de lazer para crianças e jovens da região. Em 5 de setembro de 1973 o prefeito Oswaldo Pieruccetti assinou o decreto 2.408 que declara o terreno dos Gianetti, que na época era propriedade da Imobiliária Mineira S/A, como área para fins de utilidade pública, destacando-se que o terreno “destina-se à construção de um parque ou qualquer outra obra de interesse público” (BELO HORIZONTE, 1973). Em 1976 o governo do Estado de Minas Gerais reconhece a relevância da área e o inclui no “Programa de Parques Urbanos”, programa este que listava áreas da Região Metropolitana de Belo Horizonte que eram passíveis de se transformar em parque urbano (LUTTERBACH, 1993).

Também ao final da década de 70 um grupo de jovens locais, com idades entre 13 e 20 anos, inicia o Grupo Verde Integral dos Jovens do Planalto (GVI), um grupo que tinha como objetivo a elaboração e participação em atividades voltadas para as festas comunitárias, principalmente para ajudar a custear a construção da Igreja do Bairro Planalto. O grupo tinha uma preocupação com questões culturais e comunitárias, mas o movimento ainda era muito embrionário para ser caracterizado como um movimento social organizado (LUTTERBACH, 1993; LIMA, 2000).

O GVI surge num contexto propício para os movimentos populares. A participação do grupo ganhou força dentro do processo de redemocratização do país, que ainda se encontrava no período da ditadura militar. A apropriação do espaço, com agendas de preservação ambiental, reforça a importância do papel da participação popular e apresenta novas formas de mobilização que se destacaram no cenário belo-horizontino.

A ação do grupo dentro da comunidade foi se tornando mais ativa e a preocupação com o destino da Fazenda dos Gianetti ficou cada vez mais evidente. A inclusão da Lagoa do Nado no “Programa de Parque Urbanos” em 1976 chamou a atenção para a importância dessa grande massa verde para a região (LUTTERBACH, 1993). A Lagoa do Nado, entretanto, manteve-se em estado de abandono, mesmo com o Decreto 2.408 assinado em 1973 e com a inclusão na lista do Programa de Parques Urbanos estadual. Não houve investimentos e nem a oficialização do parque nos anos subsequentes.

Em dezembro de 1981, apesar de a área já ter sido considerada um importante espaço de preservação ambiental e com potencial para se tornar uma área de lazer que atenderia à população do entorno, a Lagoa do Nado foi desapropriada pelo governo estadual e passou a ser de propriedade da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, a Minascaixa, que previa a construção de um conjunto habitacional no local (LUTTERBACH, 1993; LIMA, 2000).

A notícia da desapropriação chegou aos ouvidos do Grupo Verde Integral, que imediatamente procurou auxílio da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA), que indicou a necessidade da realização de uma mobilização popular (TEIXEIRA,

RA, 2004).⁴ Com isso, o GVI organizou a primeira manifestação no início de 1982, promovendo atividades como missa campal e show beneficente para atrair pessoas de todas as faixas etárias, dando maior credibilidade ao movimento e assumindo com mais clareza uma posição ambientalista do grupo para lutar pela criação do Parque Lagoa do Nado (MUNHOZ, 1996).

Durante as ações realizadas pelo GVI, a ação da imprensa foi vital para o sucesso do movimento (Figura 2). Orientados a sempre convocar a imprensa, a visibilidade proporcionada pelos veículos de comunicação foi fundamental para pressionar o governo e reivindicar a construção de um parque municipal no lugar de um conjunto habitacional (LIMA, 2000).

Figura 2 – Reportagens do Jornal Estado de Minas de 1988



Fonte: Jornal Estado de Minas. 5 de junho de 1988.

Apesar das manifestações terem efetiva participação da população, ainda restavam profissionais envolvidos com o intuito de trabalhar a questão das documentações e negociações com as diversas esferas envolvidas, sendo necessário repensar o movimento, sua atuação e novas formas de organização e mobilização. Esta necessidade resultou na fundação da Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado (ACELN), em 1983. O grupo começou a realmente ocupar e a cuidar do Lagoa do Nado e com isso outras pessoas aderiram ao movimento. A ACELN surge como uma entidade civil sem fins lucrativos,

⁴ Livro elaborado pela ACELN em edital de patrocínio da Secretaria Municipal de Cultura, com recursos do Fundo de Projetos Culturais. O livro foi publicado, mas não houve tiragem e pode ser consultado no acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte por meio da Guia de Recolhimento 1527 – Código de Arranjo AP 06.00.00 Depósito: TX - Móvel: AD.01/MO.11/EP nº 82 posição PR.06 na caixa 67.

compromissada com a vida, a cultura, na boa relação do homem com o meio ambiente, deixando claro a preocupação com questões ambientalistas, culturais e preservacionistas (LUTTERBACH, 1993).

Entre as ações executadas pelo grupo, uma das que mais se destacam é a realização da “Festa da Lagoa do Nado”, com a primeira edição ocorrendo em 1983, ano da fundação da ACELN (LUTTERBACH, 1993). A festa é colocada, então, como uma forma de protesto pacífico e de viés ecológico a fim de sensibilizar os gestores estaduais e municipais da importância da instalação definitiva do Parque Lagoa do Nado.

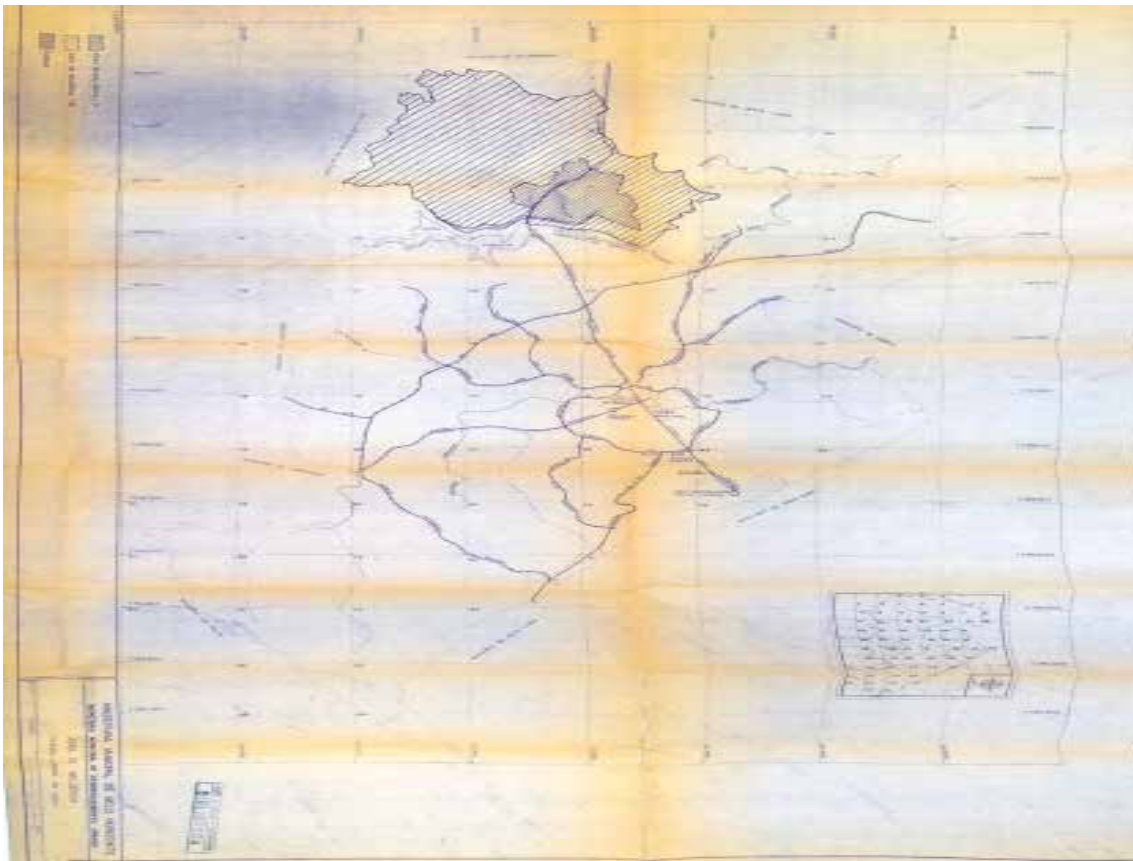
As festas eram organizadas pela ACELN e contavam com o auxílio de voluntários. A ACELN prezava por realizar um evento que fosse atrativo a todas as idades e com programação diversificada, com atividades infantis, missa ecológica, shows, palestras e exposições. Todas as festas eram acompanhadas pela mídia, que mapeava o movimento e relatava as idas e vindas e as promessas não cumpridas pelo poder público.

Em 1984 o terreno foi adquirido oficialmente pela prefeitura de Belo Horizonte, fato que foi celebrado durante a 2ª Festa da Lagoa do Nado, que aconteceu no final daquele mesmo ano. A falta de interesse e de investimentos do governo municipal, no entanto, fez com que a administração e a gestão da área recaíssem novamente nas mãos da ACELN, que a aceitou a despeito de todas as dificuldades (LIMA, 2000). Ainda em 1984, a ACELN realizou uma pesquisa⁵ junto a comunidade objetivando identificar demandas para a elaboração do programa de necessidade para a criação do Parque Fazenda Lagoa do Nado, que compunham o Projeto de Implantação do Parque que seria enviado à prefeitura (ASSOCIAÇÃO..., 1984).

Após análise desse documento, constatou-se que o mesmo consiste em um relatório com informações que demonstravam o tipo de parque que a comunidade queria e precisava e serviu de pauta para a principal reivindicação da associação pelos anos seguintes. O parque não era somente desejo de um pequeno grupo, mas necessidade de diversos bairros. A pesquisa foi dividida em dois setores (Figura 3): o primeiro correspondia aos grupos que acessariam o parque a pé e o segundo aos grupos que acessariam o parque utilizando outros modais de transporte, como bicicletas, automóveis, transporte público, etc., e sua taxa de resposta corroborou o que a ACELN pregava: era necessária a construção de um parque tanto para a preservação ambiental da área quanto para proporcionar um importante espaço de lazer para a Regional Pampulha e Venda Nova (ASSOCIAÇÃO..., 1984).

⁵ Pesquisa realizada pela Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado em 1984. Documento consultado no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, registrado na Guia de Recolhimento 372 – Controle de Arranjo: AH. 06.00.00 Papel – Título: Pesquisa Parque Lagoa do Nado – Data: 1984 – Depósito: TX Móvel: AD.01/MO.10/EST nº 02 Posição: P2 Caixa: 47

Figura 3 – Mapa das áreas de influência da Pesquisa Parque Lagoa do Nado



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 1984.

Nos anos seguintes, a associação continuou realizando as festas, cada uma com um tema relacionado a temas preservacionistas e ambientalistas, em resposta ao desenrolar dos acontecimentos, das promessas feitas e não cumpridas, além de manter a imprensa sempre bem informada tanto das promessas não cumpridas quanto das manifestações organizadas (GARCIA; GONZAGA, 2009). Em 1986, quando a verba destinada à construção do parque não chegou ao seu destino, a ACELN organizou protestos, manifestações e distribuiu notas na imprensa relatando o descaso e a morosidade do processo de instalação do parque (LIMA, 2000).

Verifica-se, desta forma, que as festas e as manifestações buscaram dar significância social para apropriação deste espaço em que seus sujeitos se sentiram vinculados ao meio. Tais prerrogativas foram essenciais para fazer frente a interesses de grupos políticos e classes mais privilegiadas da sociedade belo-horizontina no que se refere à exploração imobiliária deste espaço.

Outro ponto importante nessa construção é que este foi um movimento apartidário. A ACELN prezava por manter sua autonomia e independência com relação à “politicagem”, mas ainda assim a utilizavam. O contato com alguns políticos que se comprometiam seriamente com a causa ambiental e cultural era utilizado como forma de pressionar a gestão municipal para a realização das obras do Parque Fazenda Lagoa do Nado. As festas realizadas de 1989 a 1991 tiveram como mote principal a realização e atraso das obras para a instalação do parque (Figura 4) (LIMA, 2000).

Ao longo dos anos fica claro que a aquisição do terreno pela prefeitura não era garantia de que o parque seria efetivado. Faltava investimento e comprometimento com as obras, que foram realizadas em etapas ao longo de 10 anos entre a aquisição do terreno e a inauguração, em 1994 (GARCIA; GONZAGA, 2009). Apropriado pela população desde a década de 80, a prefeitura não via aquele espaço como um ambiente de preservação ambiental e cultural nem como uma área de lazer que deveria ser priorizada no orçamento. O poder público municipal assumia essa posição mesmo com todas as demonstrações de que aquela comunidade não só precisava como lutava diariamente para mantê-lo como um lugar de pertencimento para si diante de suas diversas significâncias sociais e ambientais.

Figura 4 – Casarão e anexo em obras para instalação do parque



Fonte: Breno Pataro. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Foi somente em 1991 que o parque entra em obras para ser concluído, com recursos obtidos por meio de um convênio entre a prefeitura de Belo Horizonte e a mineradora MBR (Figura 5). Em 1994 as obras são finalizadas e o Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado é finalmente inaugurado pelo então prefeito Patrus Ananias (GARCIA; GONZAGA, 2009).

Figura 5 – Patrus Ananias, secretário de Meio Ambiente e representantes da MBR assinam convênio para obras do parque



Fonte: Breno Pataro. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

O projeto de descentralização administrativa e de participação popular iniciado em 1989 e continuado na gestão de Patrus Ananias, no período de 1993 a 1996, favoreceu a realização do convênio com a MBR e o andamento das obras para a instalação do Parque Lagoa do Nado. O aparecimento da pauta e a discussão de experiências culturais como condição de cidadania colocam em discussão a necessidade de acesso aos equipamentos culturais pela população.

A PRODUÇÃO DOS SIGNIFICADOS DA LAGOA DO NADO

Viver na cidade é muito mais do que morar, trabalhar e se divertir. É a possibilidade de estabelecer laços de sociabilidade no nosso cotidiano que permite ao sujeito se identificar com o outro. Tendo a cidade como uma construção cultural, é este espaço que dá o contexto para as relações se fundarem e se estabelecerem e onde a vida humana se desenrola em todas as dimensões.

É na utilização do espaço, na sua ocupação, que são revelados as diferentes imagens e os diversos significados construídos pela sociedade. Ao utilizar uma fazenda particular para interesses comunitários, os ativistas engajados com o projeto da Lagoa do Nado redefiniram e ressignificaram o modo como os moradores locais viam aquele espaço. Segundo David Harvey (2014, p. 28),

o direito à cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar, reinventar a cidade mais de acordo com os nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.

Embora, contudo, para alguns o Parque Lagoa do Nado possa ser só mais uma área verde na Zona Norte de Belo Horizonte na atualidade, para os seres sociais diretamente envolvidos e outros usuários – seja por participarem ativamente, seja por entenderem o que se passou por ali ou por vivenciarem a experiência que ele proporciona – ele é muito mais do que isso. Para esse grupo social, a Lagoa do Nado representa amizade, familiaridade, conforto e, principalmente, sinal de resistência e apropriação dos interesses coletivos mediante as relações com a cultura e o meio ambiente.

As relações existentes moldaram o espaço e a forma de apropriação do espaço pelas crianças e adolescentes que cresceram na antiga fazenda e definiram o curso da preservação do lugar. Eles foram os primeiros grupos preocupados com a preservação da área, tanto sob a perspectiva ambiental quanto cultural. As visitas, passeios, encontros e reuniões que muitas vezes aconteciam de forma clandestina, resultaram em experiências únicas, proporcionando um sentimento de pertencimento e identificação.

Segundo Milton Santos (1985), o espaço é uma instância da sociedade, ou seja, a essência do espaço é social. Ele é formado por todo o aporte físico que a natureza (alterada pelo homem ou não) oferece, somada à sociedade. Sendo assim, cada parcela do espaço contém uma fração da sociedade e, assim como as sociedades, ele não é estático e está sempre sujeito a constantes mudanças e ressignificações.

A experiência do espaço é individual e única, apesar de representar sentidos e significados comuns a um grupo social. Para as pessoas que não estavam diretamente envolvidas a expressividade da área verde pode representar uma vulnerabilidade, rela-

cionando-o com a falta de segurança. Para quem cresceu nos arredores, utilizando e se apropriando da área, aquele espaço representava uma potencialidade, um lugar de lazer e cultura capaz de atingir um número de pessoas que não teriam acesso a esse tipo de equipamento normalmente.

A compreensão da cidade deve vir de uma análise urbana que reflete profundamente sobre os dados postos ao longo da vida cotidiana. Sendo assim, o homem é criador e produto do mundo, produzindo o espaço ao mesmo tempo que é produzido por ele. A cidade é palco dos mais diferentes sujeitos sociais, possibilitando inúmeras experiências no cotidiano vivido (CARLOS, 1994).

O espaço é um produto social. Ele está fundamentalmente atrelado à realidade do grupo social, visto que este não existe em si mesmo. O espaço é constantemente produzido (LEFEBVRE, 2008). Desse modo, os movimentos revolucionários, que de certa forma são responsáveis pela modificação e produção do espaço, frequentemente assumem uma dimensão urbana.

A teoria de Lefebvre de um movimento revolucionário situa-se [n]a confluência espontânea em um momento de “irrupção”, quando grupos heterotópicos distintos de repente se dão conta, ainda que por um breve momento, das possibilidades da ação coletiva para criar algo radicalmente novo (HARVEY, 2014, p. 22).

A urbanização é um dos responsáveis pela absorção do excedente de capital e, uma vez que os processos de urbanização e planejamento são um dos principais canais de uso, o direito à cidade reside justamente no controle que se faz desses excedentes. Questões de privatização, cercamento, controles espaciais, policiamento e vigilâncias influem potencialmente na forma com que se criam ou inibem novas formas de relações sociais, sendo dominados pelos interesses capitalistas (HARVEY, 2014). Desse modo, os movimentos sociais são responsáveis por subverter parte dessa lógica em alguns locais da cidade, retomando, mesmo que parcialmente, o seu direito à cidade, como no caso do Parque Municipal Lagoa do Nado.

A ação do grupo de jovens, em um primeiro momento pelo Grupo Verde Integral e depois pela ACELN, vai ao encontro do que Carlos (1994) declara sobre a relação entre o homem e o espaço. As ações de preservação realizadas pelo grupo ressignificaram um espaço privado para um espaço de lazer, ao mesmo tempo que este mesmo espaço os induz a tomar tais decisões influenciando-os na sua apropriação e, conseqüentemente, na mobilização para a criação do parque.

O espaço, então, é um espaço social que contém todos os múltiplos de espaço existentes, onde a natureza e sociedade se modificam constantemente (SANTOS, 1986). A concepção de uma natureza pura e sem a influência humana vem dar lugar à ideia de um espaço que é construído constantemente pelo indivíduo e pelas formas preexistentes principalmente pelo viés da cultura, visto que ele é a morada do homem, onde sua vida cotidiana acontece.

“A rua é um espaço público que histórica e frequentemente se converte pela ação social em um comum do movimento revolucionário, assim como em um espaço de representação sangrenta” (HARVEY, 2014 p. 144). Desse modo, toda a produção do espaço decorre da ação social ao longo da vida cotidiana. Por meio da apropriação e das

lutas cotidianas os grupos sociais criam o espaço social da cidade ao mesmo tempo que estabelecem um lugar comum que sirva como uma forma de abrigo, como uma forma de pertencimento.

Quando o espaço é dotado de personalidade, ele é transformado em lugar (TUAN, 1983). Segundo Carlos (1994, p. 15), o lugar “abre perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço”. Ele influi nas relações sociais e é influenciado por elas, traduzindo sentimentos e significações e estabelecendo uma relação íntima entre sociedade e o ambiente no qual ela está inserida.

Na Lagoa do Nado a apropriação do espaço está relacionada com a relação afetiva que os usuários tinham com o lugar. Essa afetividade também foi ponto-chave na mobilização para a criação do parque. Ao iniciarem as primeiras mobilizações, o grupo sabia que para atingir seus objetivos era necessário diálogo com os moradores dos bairros próximos à Fazenda e, inclusive, do engajamento deles no movimento.

Os precursores do movimento utilizaram da apropriação para tentar minimizar a resistência dos moradores que viam aquele lugar como uma vulnerabilidade (TEIXEIRA, 2004). A “Festa da Lagoa do Nado” propunha atividades lúdicas, que atingiam diferentes faixas etárias, para trabalhar as questões de preservação ambiental e cultural do lugar sem cair em intermináveis reuniões formais nas quais os moradores não teriam nenhum tipo de motivação para participar.

O espaço é transformado em lugar na medida em que o homem se apropria, cria e modifica-o, produzindo sentidos e construindo experiências naquele local. O lugar é, então, uma porção da terra dotada de um nome, com significações que permitem aos seres sociais se localizarem e se identificarem no espaço social em que se encontram. Segundo Castells (1983, p. 146):

O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social. Portanto, ele não é uma pura ocasião de desdobramentos da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica.

O homem colocado é produto da sociedade em que suas relações sociais podem ser elementos transformadores de si mesmo e do espaço. O modo como os indivíduos se relacionam entre si e com o espaço determina as suas significações, sua identidade e suas formas de reprodução.

Os lugares não são elementos estáticos, terminados e fixados no tempo. Eles representam interesses, cooperação, partilhas e também conflitos, diferenças e divergências. O lugar, além de representar um significado comum para a coletividade, também representa significados singulares para cada membro da coletividade (LIMA, 2000).

Fato é que compreender o espaço e suas formas de produção e reprodução exige um estudo das relações sociais existentes. São essas relações que permitem atribuir significados ao lugar, estabelecendo-o como um espaço onde determinado grupo social pode se reconhecer e reconhecer seus semelhantes.

Se a cultura, a memória coletiva e a identidade norteiam o convívio social, o espaço social é o aporte físico que permite esse convívio. É o lugar que normatiza como iremos nos portar ao mesmo tempo em que é ressignificado pela apropriação. A apropriação do espaço foi vital para que a Lagoa do Nado fosse consagrada como parque urbano. Ao dar novos usos a uma fazenda particular, a população local deu novo significado ao lugar e o estabeleceu como um símbolo local.

Santos (1986, p. 161), diz que “a realidade de uma cidade, de um campo cultivado, de uma rua, é a mesma para todos os indivíduos. É a realidade de cada indivíduo que o autoriza e o leva a ver as coisas sob um ângulo particular”. Este autor ainda afirma que o espaço é um testemunho de um dos momentos do mundo,

um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1986 p. 153).

O espaço social é, também, o passado no presente. Ele representa ações do passado, mas se submete às leis do presente. Sob a perspectiva dos teóricos que trabalham a memória, especialmente Le Goff (2003), a oposição entre passado e presente no tempo atual que permite a aquisição de consciência temporal ainda possibilita a formação da memória de cunho coletivo e, por conseguinte, da identidade com senso de pertencimento social.

Para produzir a condição de lugar é necessário que haja sentimentos e significados aplicados ao espaço (MARTINS, 2006). “O valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais” (MENESES, 1996 p. 93), ele deve manifestar-se para que tenham experiência social, para que se transformem em tradições e para que induzam pensamentos. Eles não podem se confinar no universo mental e devem ser encarnados na materialidade da vida, no cotidiano.

A caracterização do espaço como lugar espacial depende da carga simbólica que é aplicada a ele. Esse simbolismo vai surgir das mais variadas fontes, entre elas as relações sociais, da memória encarnada no local, dos significados que ali são imprimidos e das mobilizações que aconteceram. O caminho para se manter como parque foi árduo e longo, mas que no final serviram para tornar a Lagoa do Nado referência para a construção de um Centro Cultural Inter-Regional. No próximo item iremos trabalhar a construção do espaço cultural na Lagoa do Nado sob a perspectiva da produção e reprodução do espaço.

A CONCEPÇÃO DAS AÇÕES DA COMUNIDADE NO PARQUE MUNICIPAL FAZENDA LAGOA DO NADO: Cultura e Desenvolvimento Social

A cultura representa uma interpretação dos símbolos e das ações simbólicas exercidas pela sociedade, onde o homem está inserido em tramas de significações criadas por ele mesmo. Os valores culturais, portanto, não são criados espontaneamente. Eles surgem a partir de uma ação social que, por meio das escolhas dos indivíduos, transfor-

mam-se em padrões a partir dos mecanismos de identificação, enculturação e aceitação (MENESES, 1996; BRUSADIN, 2015). Eis que a ação social é fundamental para a preservação dos bens culturais, de modo que se apropriar é uma das maneiras de a memória dar sentido ao lugar.

O que define o sentido de lugar são os significados, os símbolos que ali são projetados pelos grupos. São os conjuntos de valores representado pelos significados e símbolos que por sua vez “projeta-se no espaço geográfico e, ao mesmo tempo em que dele vai apropriando-se, imprime marcas como que dizendo isto sou eu e, em comunhão com o grupo social, isto somos nós” (MARTINS, 2006, p. 39).

O movimento pelo Parque Lagoa do Nado sempre levantou a bandeira da importância da cultura como forma de sua preservação. Apesar de a preservação ambiental ser o foco-chave do movimento, as ações culturais sempre estiveram presentes. Elas representavam a oportunidade de transformar um espaço privado em um lugar onde a cultura pudesse ser acessada para o desenvolvimento dos sujeitos em sentido coletivo.

Segundo o levantamento preliminar⁶ da vegetação existente na área, realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente em 1979, o Parque Municipal Lagoa do Nado beneficiaria cerca de 150 bairros, vilas e favelas da Regional Venda Nova (SECRETARIA..., 1979). A instalação do Parque proporcionou acesso a equipamentos de lazer e cultura a vários belo-horizontinos, melhorando a qualidade de vida dessas pessoas. Na década de 90, a expectativa era que o Parque atingisse cerca de 400.000 habitantes, com possibilidade de atingir uma abrangência mais ampla com o estabelecimento do Centro Cultural Inter-Regional, conforme descrito no Relatório Técnico de Avaliação e Apropriação Espacial e Arquitetônica da Lagoa do Nado⁷ (LEMOS; PENIDO, 1991).

Antes de a prefeitura de Belo Horizonte assumir a gestão do parque, esta ficava a cargo da ACELN. Logo, a Associação garantia que o uso e apropriação da Lagoa do Nado se desse de forma dinâmica, inclusiva e integrada à população ao mesmo tempo em que ela se articulava com o poder público para garantir a realização das obras e sua inauguração (LEMOS; PENIDO, 1991). O modo de agir da Associação, principalmente por meio das mobilizações, levava em conta a expressividade da área verde diante da ausência de espaços livres devido à crescente urbanização de Belo Horizonte para demonstrar a necessidade de preservar a partir da apropriação.

O uso da apropriação como forma de mobilização e preservação do parque estabeleceu que a relação com o lugar determinou o viés da difusão de diferentes práticas culturais, proposto pela ACELN. As festas da Lagoa do Nado contavam com programação (Figura 6) que envolvia feiras de arte e artesanato, atividades específicas para crianças,

⁶ Documento consultado no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, registrado na Guia de Recolhimento 1454 – Controle de Arranjo: AK.12.00.00 Papel – Título: Histórico Parque Municipal Lagoa do Nado – Data: 1979 – Depósito: TX Móvel: AD.01/MO.10/EP nº 73 Posição: PR.04 Caixa: 22

⁷ Documento consultado no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, registrado na Guia de Recolhimento 435 – Controle de Arranjo: AP.05.00.00 Papel – Título: Relatório Técnico de Avaliação e Apropriação Espacial e Arquitetônica da Lagoa do Nado – Data: s/d – Depósito: TX Móvel: AD.01/MO.02/ES nº 05 Posição: P.01 Caixa: 15

mostra de filmes, apresentações artísticas, entre outros. A elaboração da programação mostra o esforço de relacionar as atividades culturais com a agenda de preservação ambiental (ASSOCIAÇÃO..., 1989).⁸

Figura 6 – Convite para a 4ª Festa da Lagoa do Nado⁹



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

A cultura, em um primeiro momento, funcionou como forma de atingir a população e engajá-la na luta pela criação do parque. Ela foi utilizada como meio de divulgação do movimento e incentivo à participação nas festas e eventos planejados pela ACELN.

⁸ Documento consultado no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, registrado na Guia de Recolhimento 401 – Controle de Arranjo: AP.03.00.00 Papel – Título: 7ª Festa Lagoa do Nado – Data: 1989 – Depósito: TX Móvel: Estante nº 14 Posição: P2 Caixa: 33

⁹ Programação consultada no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, registrado na Guia de Recolhimento 107 – Controle de Arranjo: AP.05.00.00 Cartaz – Título: Festa da Lagoa do Nado – Data: s/d – Depósito: IC Móvel: AD nº 01 Posição: PR. 12 PT.04 Folder: 05

Durante as festividades, entre uma atividade e outra, os membros da Associação utilizavam o espaço para informar a população sobre o andamento do movimento. Além do momento das festas, os informes eram feitos por meio do Jornal Verde Integral¹⁰ (Figura 7), produzido por eles como uma forma de divulgação de tudo o que estava acontecendo na ACELN e na Lagoa do Nado (TEIXEIRA, 2004).

Figura 7 – Parte do Jornal Verde Integral, publicado em 1993



Fonte: Hemeroteca do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Como discutido anteriormente, o movimento pela Lagoa do Nado inicia-se quando um pequeno grupo de pessoas se organizou de modo a utilizar da identificação e afetividade para forçar uma reação popular contra o descaso do poder público com a área. Sua ação torna-se mais efetiva ao perceber que estavam prestes a perder uma área verde expressiva para o mercado imobiliário. A ocupação da área por aquelas pessoas permitiu a ressignificação do espaço, imprimindo significados que o torna um lugar especial, além de estabelecer pontos de referência no sistema simbólico da memória coletiva.

De acordo com Halbwachs (2003), a memória coletiva apoia-se na história vivida. Ela representa uma corrente de pensamentos e experiências em que se reencontra o passado, onde a objetividade acerca dos acontecimentos nos faz buscar conjuntos de memórias para sua rememoração. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, no qual as imagens habituais do mundo exterior são inseparáveis do indivíduo. São os objetos, os símbolos, quem oferecem a perspectiva de estabilidade, de permanência e identi-

¹⁰Jornal Verde Integral consultado na Hemeroteca do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

ficação dos grupos. É essa perspectiva de familiaridade que permite ao grupo decifrar seu sentido e compreendê-lo. Estes locais recebem as marcas de um grupo e são marcados por ele: “o lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro no qual se escreve e depois se apaga” (HALBWACHS, 2003 p. 159).

Para evocar o passado, a memória individual utiliza-se de pontos de referência externos à individualidade, utiliza-se dos símbolos e dos signos que foram estabelecidos na sociedade e reproduzidos através dos tempos. Já os quadros da memória coletiva representam correntes de pensamento nas quais uma história viva se perpetua e se renova ao longo do tempo, em que é possível reencontrar o passado justamente porque ele foi atravessado por tudo isso (HALBWACHS, 2003).

Quando Santos (1986) observa que o espaço é o passado no presente se submetendo às leis do presente, entendemos como as formas urbanas definem o cotidiano e a vida em sociedade. O Parque Lagoa do Nado surgiu a partir de uma fazenda privada, pertencente a uma das famílias mais influentes de Belo Horizonte, e se transformou em um parque urbano e referência em ações culturais. Tal atributo ocorreu diante da ação da população que vivencia aquele espaço, resignificando-o e dando novos usos a ele. A carga de novos significados atribuídos a este lugar, contudo, o tornou um símbolo de resistência, cultura e preservação ambiental.

Os símbolos são as referências espaciais e culturais da construção cultural das cidades. São um dos suportes da memória coletiva que viabilizam o compartilhamento desta memória pela coletividade (FREIRE, 1997). Eles se ligam em uma rede de valores e atributos simbólicos que extrapolam a presença física e se instalam em uma dimensão imaginária em que as imagens manipulam a realidade e são manipulados por ela. Essa dimensão, o imaginário social, é o campo no qual esses símbolos se estabelecem e influem diretamente sobre as expectativas de futuro, a nostalgia do passado e as lutas do presente de uma sociedade (BACZKO, 1985).

É mediante uma aura simbólica que se pode compreender os símbolos, e, ao fazer isso, nos identificamos e relacionamos com o objeto simbólico. O símbolo é marcado pelo grupo e o grupo é marcado pelo símbolo (HALBWACHS, 2003). Desse modo, fica a cargo dos lugares, dos patrimônios e dos símbolos a possibilidade de não só nos fazer lembrar, mas também de nos fazer identificar e relacionar com o bem cultural, sendo assim elemento essencial para a construção das identidades, em que o indivíduo reconhece os seus semelhantes por meio de um processo de identificação com base nas memórias e laços afetivos comuns.

A história da Lagoa do Nado permitiu a criação de uma identidade da população daquele local com o bem cultural. O elo entre a afetividade das festas e a participação nas manifestações para sua criação resultou em um movimento social que teve adesão e aceitação por parte da comunidade local diante de interesses alheios a ela.

O Relatório Técnico de Avaliação e Apropriação Espacial e Arquitetônica da Lagoa do Nado realizado pela prefeitura de Belo Horizonte demonstra uma preocupação em manter o caráter identitário do local; mantê-lo como um lugar no qual a população tem participação ativa e onde a cultura é tão importante quanto a preservação ambiental. Para isso, o Relatório indica que a instituição de novas atividades deve levar em conta

a centralização do espaço na região. Torná-lo atrativo para os diferentes públicos existentes que são influenciados pelo parque, ressaltando a necessidade da redefinição do sistema viário para viabilizar o uso por essas pessoas (LEMOS; PENIDO, 1991).

A preocupação com a participação tanto da população quanto da Associação também apareceu quando a prefeitura de Belo Horizonte assumiu a gestão do parque. A prefeitura já utilizava comissões consultivas nos parques urbanos belo-horizontinos para realizar a gestão do espaço. Em 1992, um decreto municipal criou a Comissão Consultiva do Parque Fazenda Lagoa do Nado,¹¹ que deveria emitir pareceres e elaborar propostas para os programas de trabalho do parque, além de dispor sobre as diretrizes de uso e medidas de proteção. Ao tomar conhecimento da história do parque, a prefeitura também instituiu um “fórum de intercâmbio e debate sobre suas prioridades e necessidades” (PREFEITURA..., 19-?).

Diante disso, nota-se que o movimento pela Lagoa do Nado afetou muito mais do que somente a coletividade que estava diretamente envolvida com o lugar. A singularidade do seu início e sua repercussão interferiram até mesmo no processo de gestão de áreas verdes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Sua história mostra a força da apropriação como forma de resistência e como o uso do espaço gera significações para uma coletividade que a impulsiona a ser mais ativa no processo de produção do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acontecimentos que permeiam a história de fundação do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado o tornam um parque que se destaca no cenário belo-horizontino. O engajamento de um grupo de jovens com a preservação ambiental e cultural da área verde que uma vez pertenceu a uma família influente criou marcas e significações naquele espaço. Durante o desenvolvimento urbano das regiões Norte e Pampulha ao longo da expansão urbana de Belo Horizonte, o Parque Lagoa do Nado foi uma das únicas áreas não parceladas. Isso se deu, inicialmente, pelo fato de a propriedade pertencer a uma família que possuía um alto nível de influência em BH, os Gianetti.

A imponente da propriedade e seu simbolismo iniciam-se especialmente devido a esse fato. A presença dos Gianetti na propriedade, somada à expressividade da área verde existente imprimiram marcas no espaço, marcando o como um lugar especial para os moradores da época. Os habitantes da região podiam visitar a fazenda em dias específicos, mas ela também era utilizada de forma clandestina, estabelecendo laços afetivos destes pseudousuários com o espaço. O elo da propriedade privada se misturava com um uso público naquele período, ainda que de forma limitada.

Em seguida, após o abandono da propriedade pelos Gianetti, os moradores e usuários viram-se diante de uma área expressiva que ia se degradando aos poucos, apesar de servir como ponto de encontro. O uso do espaço por esta parcela da comunidade

¹¹Dados encontrados no documento Parque Lagoa do Nado: gestão de área verde urbana consultado no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, registrado na Guia de Recolhimento 356 – Controle de Arranjo: AC.01.00.03 Papel – Título: Parque Lagoa do Nado: gestão de área verde urbana – Data: s/d – Depósito: TX Móvel: AD.01/MO.03/ES nº 15 Posição: PR.04 Caixa: 54

foi o suficiente para que a fazenda fosse declarada área de utilidade pública em 1973, mas não o suficiente para evitar sua desapropriação para os avanços imobiliários em 1981.

Após a notícia da desapropriação e com a chance real de perderem esse equipamento de lazer que já se tornara importante para a região, o grupo de jovens que utilizavam a área com frequência se mobilizou para mostrar ao poder público que aquele espaço deveria ser um parque e não um conjunto habitacional. A ação do grupo pauteou-se, principalmente, nas diversas formas de apropriação que o espaço proporcionava e em como esse espaço possibilitava a construção das relações sociais, das afetividades e da cidadania.

É nos espaços que os seres humanos criam laços uns com os outros, essencialmente no seu uso público, quando as trocas podem ser estabelecidas de forma mais aberta. Por meio da apropriação, o grupo social exerce o seu direito à cidade, ainda que seja controlado por interesses capitalistas. No estudo em questão, as relações existentes moldaram o espaço e a sua forma de apropriação pelas crianças e adolescentes que cresceram no entorno da antiga Fazenda definiram a significação do espaço para a população local. A apropriação deste espaço está intrinsecamente relacionada com os vínculos afetivos que os usuários têm com o lugar diante da sensação de pertencimento social entre suas atividades culturais e ambientais. A apropriação deste espaço urbano acarretou várias práticas de desenvolvimento que vão desde a participação social do grupo envolvido à preservação de um espaço cultural público para as próximas gerações.

Assim sendo, os acontecimentos presentes na história de fundação do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado estabeleceram aquele espaço como um lugar de memória para aquela comunidade. Este lugar é fruto da ação de uma parcela da comunidade local que estava diretamente engajada na sua preservação e seu significado simbólico. A partir deste estudo verificou-se como a participação popular é pertinente para a apropriação do espaço urbano entre suas perspectivas culturais e ambientais, inclusive na sociedade brasileira marcada por diversas formas de exploração do poder público e privado.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO CULTURAL ECOLÓGICA LAGOA DO NADO. *Pesquisa Parque Fazenda Lagoa do Nado*. Formulário e relatório, 1984.
- ASSOCIAÇÃO CULTURAL ECOLÓGICA LAGOA DO NADO. *7ª Festa da Lagoa do Nado*. Relatório e solicitação de apoio, 1989.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985. Volume 5.
- BELO HORIZONTE. Decreto n. 2.408, de 5 de set. de 1973. *Declara de utilidade pública, para fins da desapropriação, terrenos que menciona*. Belo Horizonte, MG, set. 1973.
- BRUSADIN, Leandro Benedini. *História, turismo e patrimônio cultural: o poder simbólico do Museu da Inconfidência no imaginário social*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: Sesc; Annablume, 1997.

- GARCIA, Luiz Henrique Assis; GONZAGA, Clarita Ribeiro. *Lagoa do Nado: um lugar e suas histórias – sítio, parque, centro de cultura*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes; selo Martins, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- LEMOS, Celina Borges; PENIDO, André Reis. *Relatório Técnico de Avaliação e Apropriação Espacial e Arquitetônica da Lagoa do Nado*. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1991.
- LIMA, Sheila Ferreira. *A construção da experiência urbana no lugar [manuscrito]: as relações comunicativas e a produção de sentidos no Parque Fazenda Lagoa do Nado*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2000.
- LUTTERBACH, Angela A. *Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado: um estudo exploratório*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1993.
- MARTINS, Clerton (org.). *Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo e outros. *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MUNHOZ, Deborah E. A. *Parques urbanos: Para que(m) construir? Para que(m) conservar? Estudo do processo de implantação do Parque Fazenda Lagoa do Nado*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia da UFMG, Belo Horizonte, 1996.
- NUNES JUNIOR, Paulo Cezar; BATISTA, Jair Coutinho. Fica na rua: arte, cultura e poéticas de apropriação de espaço urbano. *Rua*, v. 21, n. 1, p. 21-32, 2 jul. 2015.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Parque Lagoa do Nado: gestão de área verde urbana*, [19-?]. (Relatório).
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Histórico Parque Municipal Lagoa do Nado*, 1979. (Relatório).
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- TEIXEIRA, Clotildes Avellar. *Memória em movimento: história do movimento de luta para a criação do Parque Fazenda Lagoa do Nado*. Belo Horizonte: Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado, 2004.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.